

**MODALIDADE: PRODUÇÃO ACADÊMICA**

**Nome da prática: Medidas protetivas de urgência - critérios para Deferimento e Manutenção no Âmbito da Lei 11.340/2006**

---

**Resumo da experiência, atividade, ação, projeto, programa, produção científica ou trabalho acadêmico**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do 10º Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Penal, junto à Escola Paulista da Magistratura.

---

**Efetivo cumprimento da Resolução CNJ nº 254/2018 com a estruturação do aparato institucional de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, nos últimos 2 (dois) anos:**

---

**Liste (i) as varas existentes que foram especializadas; (ii) as novas varas exclusivas de violência doméstica que foram criadas; (iii) as equipes multidisciplinares que foram destinadas a vara não especializada já existente; (iv) as equipes multidisciplinares exclusivamente dedicada à Coordenadoria da Mulher, com pelo menos 1 psicólogo e 1 assistente social.**

---

**Justificativa e Objetivos**

Investiga os critérios para deferimento e manutenção das medidas protetivas de urgência no âmbito da lei 11.340/2006. Para tanto, inicialmente examina os conceitos de violência e gênero, estruturantes para a delimitação da competência da lei, e especifica as formas, sujeitos e âmbitos em que a violência de gênero pode ocorrer. Em seguida, traça o marco histórico da referida lei, mostrando o desenrolar do processo histórico, político e legislativo que envolveu a sua criação bem como contextualiza a questão dos direitos da mulher na órbita internacional, evidenciando os principais momentos históricos e legislativos no mundo. Discorre, então, acerca das medidas protetivas de urgência propriamente ditas, analisando sua natureza jurídica e repercussões no processo penal brasileiro. Analisa, a seguir, como essas repercussões se dão na questão dos standards probatórios quando do deferimento das medidas protetiva de urgência e discute acerca da necessidade da existência de uma investigação policial ou ação penal em curso para a manutenção das referidas medidas, do prazo de vigência e de recursos cabíveis. Por fim, examina o descumprimento das medidas protetivas de urgência, tanto aquele realizado pelo ofensor quando

aquele realizado pela própria vítima, com as consequentes repercussões jurídicas para as partes envolvidas.

---

### **Critérios previstos no art. 12**

#### **A - Qualidade:**

Trabalho acadêmico realizado nos moldes científicos, com supervisão e rigor técnico.

#### **B - Relevância:**

Percebe as medidas protetivas de urgência como aspecto fundamental da proteção à mulher vítima de violência.

#### **C - Alcance Social:**

Estuda a aplicabilidade prática das medidas protetivas de urgência no cenário brasileiro atual.

#### **D - Replicabilidade:**

Trabalho que pode ser utilizado em todas as varas que lidam com a violência doméstica contra a mulher.

#### **E – Resultados:**

Cria um panorama geral da aplicabilidade das medidas protetiva de urgência no cenário brasileiro atual.

#### **F - Criatividade e Inovação:**

Trabalho realizado em virtude da pouca pesquisa acerca do tema no âmbito brasileiro.

---

**Indicação de demais parceiros/participantes, se for o caso;**

---

**Anexo de documentos em formato PDF que demonstrem os resultados da prática**

<https://formularios.cnj.jus.br/index.php?gf-download=2023%2F07%2FMonografia-EPM-Rafael-Salles-Santos-Barcia-2022.pdf&form-id=572&field-id=17&hash=48dc2b053585b12016f93165dd582ef0fb5657061d2a1623bb9bfe266f4a3d9a>

---

**Links de mídias, como fotos e vídeos, que demonstrem os resultados da prática.**

III PRÊMIO CNJ

**JUÍZA VIVIANE  
VIEIRA DO AMARAL**

---